

# *Superior Tribunal de Justiça*

**EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.485.622 - BA  
(2019/0103747-9)**

**RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**EMBARGANTE : IVAME VEQUINANDA VARGAS**  
**ADVOGADOS : DIEGO ALFREDO KURZAWA - BA033080**  
**ANDRE EDUARDO OLIVEIRA - BA031710**  
**ABEL CESAR SILVEIRA OLIVEIRA - BA020681**  
**EMBARGADO : ESTADO DA BAHIA**  
**PROCURADORE : LUIZ CLÁUDIO GUIMARÃES E OUTRO(S) - BA016497**  
**S**  
**CINTHYA VIANA FINGERGUT - BA013620**

## **DECISÃO**

Trata-se de embargos de declaração opostos por IVAME VEQUINANDA VARGAS à decisão de fls. 266/267, que não conheceu do recurso.

Sustenta a parte embargante que:

Excelência em relação a possibilidade de recolhimento em dobro das custas recursais (art.1.007, §4º do CPC) houve omissão na decisão que não conheceu o Recurso Especial, havendo também obscuridade, já que não foi considerada a ausência de preparo para fins de possibilitar ao embargante o recolhimento dobrado das custas recursais devidas ao STJ (fl. 270).

Conforme se verifica da análise dos autos o embargante interpôs Recurso Especial sem recolher as custas devidas a esta Corte. Conforme preconiza o §4º do art. 1. 007 do CPC quando o recurso é interposto sem comprovação do recolhimento das custas recursais pode fazer o recolhimento dobrado de modo a afastar a deserção.

Nesta feita, havendo omissão na decisão quanto a possibilidade de recolhimento dobrado das custas devidas ao STJ, bem como pela obscuridade na análise da admissibilidade do Recurso Especial que não considerou a ausência de preparo atinentes às custas é cabível o presente recurso de embargos de declaração, de modo a esclarecer a obscuridade e sanar a omissão possibilitando ao embargante o recolhimento dobrado das custas devidas ao STJ afastando, assim, a deserção (fl. 270).

Requer o conhecimento e acolhimento dos embargos declaratórios para que seja sanado o vício apontado.

A parte embargada foi devidamente intimada para contra-arrazoar estes aclaratórios.

É o relatório. Decido.

Nos termos do art. 1.022 do Código de Processo Civil, os embargos de

# Superior Tribunal de Justiça

declaração destinam-se a esclarecer obscuridade, eliminar contradição, suprir omissão e corrigir erro material eventualmente existentes no julgado, o que não se verifica na hipótese.

Cumpre esclarecer que a petição de recurso especial foi protocolada, na origem, de forma insuficiente quanto ao preparo. No caso, não foram recolhidas as custas devidas ao Superior Tribunal de Justiça.

A propósito, este Superior Tribunal de Justiça consolidou o entendimento de que os recursos interpostos para esta Corte Superior devem estar acompanhados das guias de recolhimento devidamente preenchidas, além dos respectivos comprovantes de pagamento, ambos de forma visível e legível, sob pena de deserção. Nesse sentido, os seguintes precedentes: AgRg no AREsp 165.686/BA, relator Ministro Ari Pargendler, Primeira Turma, DJe de 1º/9/2014, e AgRg no AREsp 425.678/SC, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe de 7/3/2014.

Essa exigência tem respaldo na necessidade de constar o número do código de barras e o do processo no comprovante de pagamento, viabilizando-se a comparação com aqueles lançados na GRU apresentada, para que não haja dúvida acerca da validade do documento e do seu efetivo recolhimento.

Ainda, percebeu-se, no tribunal de origem, haver irregularidade no recolhimento do preparo. A parte, embora regularmente intimada para sanar referido vício (fls. 197/200), não regularizou, uma vez que os documentos juntados às fls. 203 e 208 não correspondem ao pagamento das custas devidas ao STJ.

No caso dos presentes autos, não cabe a alegação, nestes aclaratórios, que a parte não foi intimada para recolher em dobro, uma vez que houve a intimação às fls. 197/200, momento pelo qual houve a oportunidade para a regularização, não cabendo, portanto nova opção para regularizar o vício.

Registre-se que conforme preceitua o § 2º do art. 1007 do CPC, *in verbis*, "a insuficiência no valor do preparo, inclusive porte de remessa e de retorno, implicará deserção se o recorrente, intimado na pessoa de seu advogado, não vier a supri-lo no prazo de 5 (cinco) dias".

Dessa forma, o recurso especial não foi devida e oportunamente preparado, incidindo, na espécie, o disposto na Súmula n. 187 deste Tribunal, o que leva à deserção

# Superior Tribunal de Justiça

do recurso.

Ademais, de acordo com a jurisprudência do STJ, "o juízo de admissibilidade do recurso especial é bifásico. A decisão proferida pelo Tribunal de origem não vincula o Superior Tribunal de Justiça na aferição dos pressupostos de admissibilidade do recurso especial. Isso porque compete a esta Corte, órgão destinatário do recurso especial, o juízo definitivo de admissibilidade" (AgInt no REsp n. 1.684.240/MG, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe de 28/2/2018).

Por fim, a pretensão de rediscutir matéria devidamente abordada e decidida no *decisum* embargado evidencia mera insatisfação com o resultado do julgamento, não sendo a via eleita apropriada para tanto. Nesse sentido: EDcl no AgRg nos EREsp n. 1.315.507/SP, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Corte Especial, DJe de 28/8/2014.

Assim, não há irregularidade sanável por meio dos presentes embargos, porquanto toda a matéria submetida à apreciação do STJ foi julgada, não havendo, na decisão embargada, os vícios que autorizariam a utilização do recurso – obscuridade, contradição, omissão ou erro material.

Ante o exposto, **rejeito os embargos de declaração e advirto a parte embargante de que a reiteração deste expediente ensejará o pagamento de multa de 2% sobre o valor atualizado da causa, porque os próximos embargos que tratem do mesmo assunto serão considerados manifestamente protelatórios (art. 1.026, § 2º, do CPC).**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 07 de outubro de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA  
Presidente